

Migrações e racismo

# O êxodo da MADEIRA

Da Guiana Britânica à Nova Inglaterra, passando pelo sul de Angola e pelo Hawai. Século XIX. Milhares de emigrantes madeirenses trabalhavam numa quase escravatura e eram classificados, pela ciência oficial da época, como não-brancos. A antropóloga Cristiana Bastos quer contar melhor esta história de impérios e migrações.

Em 1807, o império britânico aboliu o comércio de escravos, nomeadamente africanos, nas ilhas britânicas e nas suas colónias, a que se seguiu uma lei parlamentar em 1833 que conduziu, cinco anos depois, à abolição da escravatura em quase todo o império de Sua Majestade. A mão de obra escrava africana foi fulcral para a criação de riqueza e a prosperidade económica da que era, à época, a maior potência mundial, mas sempre à custa da desumanidade, da violência e de uma grande sangria de população no continente africano. Com o fim deste sistema, as minas e as plantações britânicas de açúcar, café e algodão nas Américas e nas Caraíbas passaram por uma fase de transição em que tiveram de passar a depender do trabalho livre e pago, embora as condições laborais se assemelhassem, em muitos casos, a um regresso ao escravagismo.

É neste contexto que surge uma história quase desconhecida no nosso país, a de dezenas de milhares de emigrantes portugueses, principalmente madeirenses, que trabalharam nas plantações do império britânico durante o século XIX. Como refere a antropóloga Cristiana Bastos, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, nesse século havia mais portugueses a laborar nestas plantações do que nas colónias de Portugal, situação que só se inverteria a partir da década de 1950.

Este é apenas um dos aspetos que a investigadora vai analisar no projeto *A Cor do Trabalho – As Vidas Racializadas dos Migrantes*, o qual convenceu o júri do Conselho Europeu de Investigação a financiá-la com uma bolsa avançada de 2,2 milhões de euros. O estudo, que durará cinco anos, abordará temas como os fluxos migratórios, o racismo, as classificações raciais e a ciência racial (pseudociência, melhor dizendo) através da qual se justificava, no período em causa, um sistema de hierarquia racial. Em foco estarão as grandes deslocações de portugueses dos arquipélagos da Madeira e dos Açores “para as plantações de açúcar no império britânico, sobretudo na Guiana, desde a década de 1830, ou, mais tarde, para a revolução industrial da Nova Inglaterra”, nos Estados Unidos, refere o ICS através de comunicado. A lupa também será apontada para a região do Pacífico, o sul de Angola e outras duas regiões que ainda vão ser definidas, cabendo aos madeirenses um destaque maior.

O que o painel de jurados mais destacou foi a inovadora articulação entre estudos de impérios e estudos de migrações que Cristiana Bastos vai implementar, sendo que os dois fenómenos serão analisados através de uma mesma grelha analítica e não separadamente, como é hábito. Para levar por diante esta ideia, recorrer-se-á a um trabalho multidisciplinar que juntará antropólogos, historiadores e historia-

**Ciência da treta.** Os processos de classificação e hierarquização racial escondiam-se numa pretensa base científica. Medir os crânios, os membros, o tórax ou as partes genitais fazia parte do cardápio. A imagem, de 1946, é de um acampamento no arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau).



dores da ciência. Ao todo, a bolsa de financiamento permitirá contratar sete investigadores a tempo inteiro.

**PORTUGUESES NÃO-BRANCOS**

“O sistema de produção nas plantações do império britânico após a abolição da escravatura não mudou. A fonte de trabalho para a produção é que mudou. Os lugares que escravizavam africanos substituíram essa força de trabalho por outras, especialmente mão de obra europeia”, explica a cientista social que vai liderar o projeto. Pelo meio, há um importante pormenor a ter em conta: “Emparelhado com o sistema de produção que escravizou os africanos está um sistema de classificação racial – que hoje em dia ainda constitui ideologia para muitas pessoas – no qual se dá a supremacia aos brancos”, adianta. Qual é a génese desta ideologia? “Há várias explicações. Eu e outros investigadores aceitamos a ideia de que está ligada à escravização dos africanos durante o período da idade moderna.”

Ou seja, o comércio e a utilização de escravos africanos, com o intuito de alimentar a produção de açúcar, café e algodão, consolidou uma ideia de hierarquia racial, sustentada em supostas bases científicas, que no fundo não passava de algo puramente ideológico. Os donos das plantações, os brancos, estariam no patamar acima dos escravos, de pele negra.

Para Cristiana Bastos, a imposição desta divisão acabou por ter consequências na maneira como atualmente os seres humanos se olham mutuamente: “O que venho acrescentar, em relação a este assunto, é que, após o fim da escravatura, foram desenvolvidos outros sistemas de racialização, recorrendo a classificações que ajudavam o modo de produção praticado. Já não são só os escravos africanos que são hierarquizados, mas também os trabalhadores portugueses, por exemplo.”

Dito de outra forma, eles foram racialmente classificados como não-brancos. Caracterizar a situação laboral, social e de integração destes homens e mulheres que migraram de Portugal é um dos objetivos da pesquisa: “Apesar de não serem escravos, os portugueses encontravam-se numa situação de grande vulnerabilidade, além de que muitos deles nem sabiam o que iam encontrar.”

Em paralelo, quer-se descobrir “como é que processos cognitivos se instalam enquanto conhecimento científico e são articulados como processos sociais”. Ou seja, quer-se perceber como é que o saber científico foi instrumentalizado e esteve ao serviço de ideologias políticas e de fenómenos sociais de exclusão.

**TRABALHAR PARA SOBREVIVER**

Como salientou o historiador australiano Barry Higman, em *Population and Labor in the*



O presidente da República, Oscar Carmona, visita a Exposição do Mundo Português, em 1940.

**Pseudociência racial à portuguesa**

Em 1951, a revisão da constituição portuguesa recuperou os termos “Ultramar” e “Províncias Ultramarinas” para designar as colónias. No fundo, tratava-se de um processo de maquilhagem destinado a esconder a relação imperial e a prática segregacionista para com os indígenas que, na prática, continuava a existir, nomeadamente em África. A Organização das Nações Unidas (ONU), logo em meados do século XX, começou a pressionar as potências coloniais para que preparassem para a independência os seus territórios não-autónomos, mas Portugal manteve as suas possessões um pouco graças a este malabarismo linguístico, o que levou muitos, à época, a apelidarem a situação de “hipocrisia internacional”. Muito antes disso, há que ter em conta o Ato Colonial de 1930, revogado na referida revisão constitucional, que salvaguardava aos indígenas a manutenção dos seus usos e costumes. Porém, o documento, logo a seguir, dava ao estado português o poder legítimo de os obrigar a trabalhar, seja para fins de obrigação fiscal ou para contribuírem para os projetos públicos.

Quatro anos depois, em outubro de 1934, realizou-se na cidade do Porto o 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial, evento que ocorreu em paralelo com a grande exposição colonial que também estava a decorrer na Cidade Invicta. Entre os temas abordados, surgiam alguns de título ilustrativo do tipo de pseudociência que então se praticava com fins ideológicos: “Classificação das raças da Guiné, Angola e Moçambique”, “Valor social das raças indígenas”, “Hereditariedade nos cruzamentos étnicos”, “Psicologia dos mestiços”, “Fatores de criminalidade nas colónias”, etc. Tal como descreve o escritor e historiador Alberto Oliveira Pinto, em *História de Angola, da Pré-História ao Início do*

Século XXI (Mercado de Letras, 2015), “as comunicações contabilizaram quase uma centena e a maioria consistia em estudos de osteologia e antropometria, preocupados em classificar psicologicamente os africanos a partir da dosagem de melanina das suas epidermes ou da medição dos seus crânios, dos seus membros, do seu tórax, e mesmo das suas partes genitais”. Mais: “Muitos dos congressistas elaboraram as suas comunicações *in loco*, utilizando como objetos de observação para os seus estudos os próprios ‘indígenas’ expostos no Palácio de Cristal. A opinião de que os mestiços eram um ‘acidente a combater’, uma ‘raça degenerada’ considerada causadora dos piores males nas colónias, parecia ser quase unânime. Partilhavam-na dois dos mais eminentes cientistas portugueses da época: António Mendes Correia e Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação.” Um passado não muito distante que em nada abona a favor de Portugal, mas que, segundo o historiador luso-angolano, não é motivo para espanto ou lamúria, pois “os portugueses foram e são tão racistas quanto qualquer outro povo e não têm, aliás, qualquer motivo para se envergonharem dessa realidade”. O comentário, ao mesmo tempo, rechaça às ideias de luso-tropicalismo que ainda hoje encontram amparo. O que defende esta teoria, cunhada pelo sociólogo e antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, após uma viagem de vários meses, de agosto de 1951 a fevereiro de 1952, pelas colónias nacionais? Além de elogiar a miscigenação (a hibridização) provocada pelos portugueses nos lugares onde estiveram presentes, evocando uma propensão que teríamos para o contacto com outros povos e para nos misturarmos racialmente com eles, Freyre argumentou que o colonialismo português era mais suave e brando do que o dos britânicos. O regime de Salazar, obviamente, gostou do que ouviu.

## ▶ Não eram escravos, mas eram discriminados

*British Caribbean in the Early Nineteenth Century*, publicado em 1986, a abolição da escravidão e a emancipação dos antigos escravos não conduziu, na primeira metade do século XIX, a uma situação de plena liberdade no que se referia às suas escolhas ocupacionais. Na região das Caraíbas, o sistema de plantação ocupava toda a terra cultivável, pelo que os ex-escravos não tinham muitas alternativas para além de continuar a trabalhar, pese embora sob contrato, para os anteriores donos.

Para piorar as coisas, continuavam sujeitos ao mesmo sistema de organização do trabalho, como se nada tivesse mudado. A principal diferença, como escreve Higman, está no facto de, pelo menos, terem a liberdade de escolher o empregador e de poderem recusar determinados regimes de trabalho ou tarefas. Só que, lá está, esta liberdade estava sempre limitada pelo controlo que os donos das plantações tinham sobre os recursos, a que se somava a necessidade de sobrevivência. Face a esta situação, a vida de qualquer assalariado numa plantação, viesse de onde viesse, prefigurava-se como muito difícil.

### DA MADEIRA PARA O HAWAII

A partir da década de 1830, foram muitos os habitantes do arquipélago da Madeira que encetaram difíceis viagens por mar, tendo como ponto de chegada as plantações de cana de açúcar, onde se sujeitavam a terríveis condições laborais. Os madeirenses foram para locais tão diversos como a Guiana Britânica (na América do Sul), o Hawaii, a Califórnia ou a África do Sul. As razões, conforme enumera Cristiana Bastos num artigo publicado em 2008, *Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies*, incluíam a escassez de terra, a fome, a extrema pobreza e uma estrutura social rígida na sua terra natal.

No século XIX, o Hawaii, que então era um reino indígena independente, assistiu à chegada de uma grande vaga de força de trabalho, destinada às plantações de cana de açúcar. O fenómeno encontra-se documentado, mas desconhece-se o impacto que os portugueses, e trabalhadores de outras nacionalidades, tiveram na força laboral local e na sociedade.

Na Guiana, as plantações rapidamente substituíram o trabalho escravo por mão de obra contratada, mas os trabalhadores eram obrigados a permanecer por um determinado período de tempo e, muitas vezes, somente a troco da viagem de ida, de alimentação, roupa e um sítio onde depois viver: ou seja, não recebiam



### Berço industrial

A região da Nova Inglaterra foi uma das locomotivas industriais dos Estados Unidos no século XIX. Nas suas fábricas de algodão, trabalhavam homens e mulheres de várias nacionalidades e de quase todas as idades.

salário. Entre 1834 e 1835, centenas de madeirenses e açorianos foram “importados” para ali, menciona a investigadora, seguindo-se um novo fluxo migratório de portugueses em 1841, desta vez acompanhados de mão de obra oriunda da Índia e das Índias Ocidentais. Uma vez chegados, os madeirenses, segundo os registos, lançaram-se no pequeno comércio, mas acabaram por ser vítimas das revoltas que ocorriam contra os lojistas da colónia, em parte porque não eram vistos como “europeus”.

Estados Unidos e Trindade, nas Caraíbas, foram outros locais para onde desde cedo emigraram, a que se seguiram, já no século XX, destinos como a África do Sul. Pelo meio, na década de 1880, há que ter em conta a aventura de centenas de madeirenses que, contra todos os prognósticos, conseguiram colonizar com sucesso a planície do sul de Angola, apesar da quase total falta de infraestruturas na região.

“Estas comunidades portuguesas criaram dinâmicas nas sociedades envolventes para onde migraram, e é isso que vai ser estudado”, diz Cristiana Bastos.

### O BOOM DA NOVA INGLATERRA

Localizada na parte nordeste dos Estados Unidos, entre a fronteira com o Canadá e o estado de Nova Iorque, a região da Nova Inglaterra foi um dos berços do processo de industrialização norte-americano, além de ser um verdadeiro caso de estudo para o que foi a emigração para terras do Tio Sam no século XIX. Muitos dos que aí aportaram após cruzar o Atlântico, muitos deles dos Açores, nem sequer eram considerados “brancos”: só muito mais tarde essa situação se alterou. Assim se explica o interesse em saber o que aconteceu com os migrantes lusos, comparando a classificação racial que lhes foi atribuída com outros casos.

Por volta de 1830, grande parte da população da Nova Inglaterra vivia em quintas e consumia o que plantava. A economia local, portanto, baseava-se na agricultura e era quase de subsistência. Meio século depois, em 1880, a maioria dos seus habitantes vivia em grandes cidades, trabalhava a troco de um salário e comprava os produtos de que necessitava, refere o historiador económico Peter Temin, num artigo, datado de 1999, sobre o rápido fenómeno de industrialização que ocorreu na região nesses 50 anos. Para o autor, a transformação é comparável, em intensidade, ao “milagre” industrial empreendido pela Coreia do Sul e pela Formosa na segunda metade do século XX.

Como foi isto possível? Em parte, graças à força de trabalho estrangeira que ali afluíu. Segundo um relatório divulgado em 2014 pela *American Community Survey*, os quase 15 milhões de habitantes que vivem nesta faixa estreita de território devem a sua ascendência a migrantes de dezenas de nacionalidades diferentes, principalmente da Europa: irlandeses e italianos em larga medida, assim como franceses, ingleses, alemães, polacos, portugueses (3,2% da população descende deles), escoceses, russos e gregos lideram a lista.

Na década de 1920, foi publicada uma polémica monografia que “racializava os portugueses” da região, o que levou a comunidade lusa a rejeitar o retrato, recorda a antropóloga do ICS. A história, já de si curiosa, acabou por ser o ponto de partida que a levou a incluir a Nova Inglaterra na lista de seis lugares a estudar. “Vamos estudar as dinâmicas de industrialização de toda a Nova Inglaterra, do Massachusetts ao New Hampshire. Não é uma história que esteja por contar, tendo já sido referida pelos historiadores do trabalho e da indústria, assim como por alguns historiadores que falam

da racialização dos vários grupos que integraram a força de trabalho da região, como os judeus, os irlandeses, os italianos e outros mais”, menciona, “mas existe aqui um potencial analítico muito interessante, o que permitirá uma melhor caracterização, quando tivermos mais dados.”

### MILHÕES PARA FAZER A DIFERENÇA

Com tudo isto, vão-se analisar fluxos de trabalhadores entre diferentes impérios, e daí a necessidade de cruzar a área que estuda os impérios com a que estuda as migrações. “Como é que as pessoas circulam entre entidades políticas diferentes, não deixando rasto num ou noutro império?”, questiona Cristiana Bastos. A pergunta será respondida ao longo dos próximos cinco anos.

“O meu ponto de partida são os migrantes portugueses, a maioria da ilha da Madeira, embora uma das componentes de investigação também envolva os açorianos na Nova Inglaterra. Contudo, o meu interesse é estudar para lá do recorte do império português. Interessante sair das definições de lusofonia tal como estão neste momento pensadas, que são um decalque do sistema imperial”, comenta.

Numa era em que a tónica, por parte de muitos decisores políticos, passa por exigir da investigação científica resultados imediatos, mesmo que isso vá ao arripio do que sempre foi o normal funcionamento da ciência, esta bolsa do Conselho Europeu não pretende seguir essa linha de exigência. Em causa estão 2,2 milhões de euros, mas, como destaca a investigadora, esse dinheiro será investido num novo campo de conhecimento. “Esta bolsa destina-se a quem arrisca e abre janelas, em termos de conhecimento, a quem faz investigação de forma diferente.”

J.P.L.

## Só os madeirenses resistiram

A colonização da planície sul de Angola, empreendida por algumas centenas de madeirenses na década de 1880, foi uma experiência de engenharia migratória apoiada pelo governo português, frisa Cristiana Bastos em *Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies*, artigo publicado em 2008. O que mais espanta, aos olhos de hoje, é a forma como, segundo conceções biomédicas muito em voga na época (mas completamente erradas) e em ideias de biopolítica, os madeirenses eram vistos como seres inferiores e mal preparados para serem os colonos perfeitos.

Começamos pelo contexto. Portugal, ao contrário das outras potências coloniais do século XIX, pouca ou nenhuma população tinha nas suas possessões africanas: algumas estruturas antigas do tempo em que o tráfico de escravos era permitido, as colónias penais e a presença de mercadores que agiam por conta própria. Face à ameaça de ocupação por parte de alemães, britânicos e dos *boers* (agricultores que descendiam dos colonos holandeses da África do Sul), houve a necessidade de ocupar com população branca, e de forma permanente, a planície angolana do sul. Quem estaria disposto a ir viver para lá?

Como relata a antropóloga, já antes tinha havido algumas tentativas infrutíferas, como a que levou portugueses descontentes do Brasil para o continente africano, após a independência do país em 1822. Mais tarde, em 1839, um barco foi de propósito à antiga possessão sul-americana para levar outros portugueses para Angola, onde eram precisos agricultores, gente capaz de criar comunidades estáveis: contudo, só embarcou quem tinha falhado em fazer fortuna no Brasil, um grupo que foi descrito como sendo composto de “padeiros, artistas” de género variado e vadios.

Dez anos depois, nova remessa de pessoas vindas de além-Atlântico, desta vez a bordo de dois barcos. Eram portugueses que fugiam das revoltas liberais que então eclodiram no Brasil. O líder destes migrantes, Bernardino Abreu e Costa, um miguelista (conservador), tentou implementar em África um sistema de plantação semelhante ao do nordeste pernambucano. Obviamente, falhou, porque nem a terra nem as pessoas eram iguais ao que existia no Brasil, além de que “a escravatura

vivia os seus últimos dias e o trabalho livre não abundava no sul de Angola”, sublinha a autora.

De Portugal, os soldados de baixa patente e os condenados que para lá foram enviados também não eram capazes de criar comunidades duradouras. Na década de 1860, o estado português chegou a apoiar a imigração de alemães, mas estes nem sequer sabiam construir as casas em que deveriam viver; seguiram-se os jovens rebeldes da instituição Casa Pia e alguns pescadores do Algarve: estes últimos, compreensivelmente, preferiram ficar pelo litoral piscatório e viraram costas ao interior.

Por fim, coube a um grupo de madeirenses tentar a sorte, desesperados por migrar e assim fugir à miséria e à fome. Contra todos os vaticínios, tiveram sucesso onde os restantes falharam. De acordo com o médico que os acompanhava na embarcação, “os corpos dos futuros colonos pareciam inadequados para o propósito”. Além de terem uma idade considerada inadequada, por serem “ora demasiado velhos ou demasiado novos”, também tinham as “habilidades corporais inadequadas”, relembra Cristiana Bastos. “Não tinham sido corretamente selecionados para propósitos biopolíticos; os seus corpos não pareciam estar à altura da tarefa de expandir a nação e de construir um império, instalando-se e administrando a terra e o mundo vivo.” Pior opinião tinha o responsável que assinou o relatório médico, elaborado no distrito de Moçâmedes, logo que os madeirenses desembarcaram. Descreveu-os como “indolentes”, “párias”, “mal preparados para a colonização”, “preguiçosos, bêbedos, imorais e sujos”. Com a exceção de alguns, não tinham “uma única qualidade que os colocasse acima dos negros, dos quais só se diferenciavam através da cor”. Na década de 1920, com os descendentes dos colonos madeirenses a respirar plena saúde em Angola, o discurso já é outro. O antropólogo Germano Correia, para quem a miscigenação era degeneração, aproveitou para fazer deles um grande exemplo da adaptabilidade dos portugueses aos trópicos, muito graças ao facto de não se terem misturado com a população local, entre outras estranhas considerações. Um verdadeiro exemplo de como a ciência era então condicionada pela ideologia.